

MARTINS, Carlos Benedito, org. Ensino superior brasileiro; transformações e perspectivas. São Paulo, Brasiliense, 1989. 155p.

Este livro reúne seis relevantes trabalhos sobre o ensino superior, com a participação dos autores Carlos Benedito Martins (org.), Arabela Campos Olivea, Fernanda A. da Fonseca Sobral, Niuvenius Paoli, Irene de Arruda Ribeiro Cardoso e Maria Francisca Sales Pinheiro, cujos temas desenvolvidos tiveram por objetivos aprofundar a reflexão sobre o ensino superior e apresentar propostas de mudanças para a nova universidade brasileira.

O primeiro ensaio, O novo ensino superior privado no Brasil (1964-1980), de Carlos Benedito Martins, expõe sobre as principais reformas acadêmicas, principalmente quanto ao processo de expansão das instituições de ensino superior isoladas, como alternativa do "novo" ensino particular, resultante de uma política de privatização da educação no regime autoritário.

Neste sentido, esclarece Martins, "a política educacional adotada pelo novo regime, procurou pautar a sua ação no sentido de despolitizar o campo acadêmico", ou seja, fazendo repressão aos movimentos estudantis, mantendo-os sob o rígido controle do "espírito de disciplina"...

Para reforçar este controle, o governo criou a Lei nº 4.464/64, que visava "investir contra a autonomia da representação estudantil e, paralelamente, subordiná-la ao Estado". Através dessa legislação foram criadas novas entidades, como o Diretório Acadêmico e o Diretório Estadual dos Estudantes, com eleição indireta, para assim reprimir a prática democrática do voto direto.

Da mesma forma, a União Nacional dos Estudantes (UNE), teve suas atividades dissolvidas pela nova legislação, sendo substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes, observa o autor.

Por outro lado, ao reprimir esses movimentos estudantis, a nova legislação procurava proibir a prática de atividades políticas no meio da juventude. É o que expressa o Art. 14 da nova lei: "é vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares".

O autor descreve detalhadamente os diversos tipos de ações coercitivas, visando o desmantelamento da força estudantil. Assim, por exemplo, foi o caso da UNE que, naquela época, se reunia clandestinamente, pregava pela "derrubada do regime militar" e utilizava certas estratégias de guerrilhas, como forma de luta contra o poder autoritário.

No sentido de reverter esta situação, explica Martins, o governo passa a planejar a reestruturação do ensino universitário, de conformidade com uma política educacional voltada para os interesses particulares. Para isso, em 1966, o MEC solicita do professor norte-americano Rudolph Atcon, um estudo sobre o ensino superior brasileiro.

Segundo Atcon, a instituição universitária deveria estar atenta às necessidades sócio-econômicas do país. De acordo com seu diagnóstico, foram identificados dois pontos, que seriam origens da crise: a explosão demográfica e a falta de um planejamento das atividades acadêmicas.

A reestruturação da universidade deveria criar uma nova estrutura baseada nos princípios da flexibilidade; satisfazer as reais necessidades da sociedade, preparando profissionais e ampliando o ensino superior; organizar-se sob a forma de departamentos; adotar para as instituições de ensino uma estrutura administrativa nos moldes da empresa privada.

Essas recomendações fazem parte dos convênios entre o MEC e a agência norte-americana USAID, que tinham por objetivos elaborar planos de ampliação e reestruturação do ensino superior brasileiro.

Martins mostra, detalhadamente, os passos da Comissão Mista MEC/USAID, que propunha diversas modificações, como a eliminação da cátedra, a criação dos departamentos, o sistema de crédito, a gratuidade do ensino (apenas para os estabelecimentos públicos), entre outras modificações.

Para a elaboração da reforma universitária, foi organizado um novo grupo, com a incumbência de planejar a reestruturação, visando "eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos"... A comissão encarregada tinha um prazo de 30 dias para elaborar o projeto de reforma. Este, em regime de urgência, foi aprovado e transformado na Lei n.º 5.540/68, sem a participação da comunidade.

Com a implantação desta lei, o governo, embora mantendo um discurso de que a "educação era um investimento produtivo", destinava os recursos a outros setores sociais, deixando de priorizar a educação.

Neste contexto, observa Martins, o poder autoritário obrigava a União e os Estados a um dispêndio mínimo em educação, revertendo os recursos para o campo da produção econômica. Desta forma, procurava-se criar condições para o fortalecimento e expansão dos estabelecimentos de ensino superior isolados, que se agigantaram como verdadeiras "empresas culturais", pois investir nesse campo, tornou-se, inegavelmente, uma iniciativa de alta rentabilidade econômica para os interessados.

Por outro lado, o autor mostra com clareza a "ingenuidade" do Conselho Federal da Educação (CFE), regulando o funcionamento de grande quantidade de instituições de ensino superior para justificar o atendimento da demanda existente. Para se ter uma idéia, no período de 1968 a 1972, foram encaminhados ao CFE 938 pedidos de novos cursos, sendo que 759 destes obtiveram aprovação do CFE.

Com o expansionismo dessas "empresas culturais" ou o "novo" ensino privado, verifica-se que essas instituições procuravam desenvolver, em proveito próprio, uma política educacional com apoio na conjuntura histórica. Finalmente, analisa Martins, se o aparecimento dessas empresas educacionais ofereceu, por um lado, algum atendimento na demanda da clientela, por outro lado, constituiu uma manifestação perversa do crescimento educacional brasileiro e a antítese de sua real democratização.

Em prosseguimento, o segundo tema "Resgatando o significado do departamento na universidade brasileira", de Arabela Campos Oliven, aprofunda a questão da departamentalização como um passo fundamental no processo de democratização interna da universidade. Para melhor compreensão, a autora fez um retrospectivo histórico do nosso sistema de ensino superior, a partir das primeiras faculdades até a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei n.º 4.024/61).

Ao relatar as mudanças provenientes desta legislação, Arabela faz referência ao projeto piloto da Universidade de Brasília, liderado por Darcy Ribeiro, cujos objetivos visavam o desenvolvimento da cultura e tecnologia nacionais. Assim, "é importante destacar que na UnB o departamento substituíra a cátedra como unidade de ensino e pesquisa".

Sobre este aspecto, a autora deixa claro que a extinção da cátedra e a institucionalização do departamento foram, inicialmente, concebidas a partir da reforma universitária como um passo para a modernização do ensino superior. No entanto, não foi o que ocorreu, pois aquele anseio foi transformado pela legislação outorgada em uma modalidade "nacional" e "não dispendiosa" para ordenar o trabalho de docência e pesquisa.

Arabela explica que, nesta época, o sistema de ensino superior recebia pressões para se expandir. Assim, por exemplo, o crescimento médio anual da matrícula no ensino superior passou de 2,4% em 1932/45 para 12,5% no período de 1945/64. Por isso, à medida em que o ensino superior se expandia, aumentava o potencial políti-

co de universitário, como no caso da UNE, que muito contribuiu para o processo de politização da classe estudantil. O trabalho faz referência, ainda, ao período autoritário pós-64, que instituiu um novo estilo no encaminhamento dos problemas universitários como o Plano Atcon de 1965, os Acordos MEC-USAID no período 1965/67 e o Relatório Meira Matos em 1968.

Em 1968, a reforma universitária foi consubstanciada na Lei nº 5.540 (Reforma do Ensino Superior), a qual foi aprovada sem a participação acadêmica e tendo no seu bojo a importação de modelos estrangeiros.

Por outro lado, o ensino superior, assim concebido, era elitista e voltado para a formação de profissionais que servissem aos interesses da classe dominante, conclui a autora. Assim, a reforma, ao pretender pôr em prática o modelo capitalista, transforma a universidade numa "empresa rentável", absorvendo o maior número de alunos.

Surgem várias medidas, entre elas a organização com base em departamentos, cujo local servisse de "irradiação e desenvolvimento da tecnologia e cultura nacionais, bem como fórum de debate e crítica"... A UnB, criada neste modelo, infelizmente, foi "esvaziada desses objetivos com a cassação de seus professores"... no regime militar.

A autora caracteriza o sentido de departamentos que, segundo a reforma, representa a "menor fração da estrutura universitária" e congrega "o conjunto de professores-pesquisadores de um elenco de disciplinas afins".

Outro aspecto interessante focado pelo trabalho sobre departamento é que, ao contrário da cátedra que era vitalícia, a escolha do chefe de departamento é feita democraticamente através de eleição direta.

Quanto à expansão do ensino de terceiro grau, Arabela verifica que em 1980 mais da metade dos alunos de curso superior estarão matriculados em estabelecimentos isolados. O número de escolas isoladas era da ordem de 822.

Embora o texto da reforma considerasse que o estabelecimento isolado devesse ser uma exceção, sabe-se que isto não se cumpriu, tendo em vista a grande expansão das instituições particulares, aprovada pelo Conselho Federal de Educação.

Como a forma de organização previa, obrigatoriamente, a departamentalização, surgiram, principalmente em escolas isoladas superiores, departamentos híbridos, que aglutinavam professores de disciplinas não-afins.

Finalmente, afirma a autora, "creio que é chegado o momento de pensar o departamento não em termos estritos da racionalização e da padronização da universidade, mas em termos mais amplos, isto é, dentro da questão da democratização da produção universitária".

O terceiro tema, "O ensino superior e a pesquisa científica e tecnológica", de Fernanda A. da Fonseca Sobral, procura analisar os interesses sociais que se refletem nos planos e leis governamentais a respeito de política universitária, política científica e tecnológica, vigentes no período da transição.

Fernanda faz referência às constituições e planos anteriores para melhor se ter uma perspectiva histórica da situação sobre a pesquisa científica e tecnológica no ensino superior.

Através desses documentos, a autora procura evidenciar os principais pontos da convergência ou de confronto no que se refere ao papel desempenhado pela ciência no contexto social.

Dentro desta mesma perspectiva, o trabalho "Para repensar a universidade e a pós-graduação", de Niuvenius J. Paoli, questiona "qual o sentido dos nossos trabalhos nas universidades?" Para dar uma resposta a este questionamento, o trabalho apresenta, detalhadamente, diversos aspectos da vida cotidiana nas universidades, procurando, desta forma, contribuir com alguns pontos para se repensar a universidade e os cursos de pós-graduação.

Em seguida, Irene de Arruda Ribeiro Cardoso, aborda "A modernização da universidade brasileira e a questão da avaliação", a partir de considerações apontadas pela Comissão de Alto Nível, criada pelo MEC, em 1985, com o objetivo de avaliar e apresentar projetos de reformulação do ensino superior brasileiro sob a inspiração da Nova República.

A autora desenvolve amplamente as questões do binômio autonomia-avaliação; a inserção da universidade na lógica do planejamento racional e a avaliação do ensino superior, entre outras questões.

Com referência à modernização da universidade, Irene conclui com esta análise: "o que é interessante marcar é que a análise da história da universidade brasileira, a partir de 1964, permite verificar que no novo discurso para a universidade da Nova República, ressoa a mesma linguagem tão combatida nos anos 60"...

Para uma melhor elucidação das propostas anteriores, Maria Francisca Sales Pinheiro, desenvolve o tema "Nova ou velha reforma do ensino superior?", procurando com este desafio resgatar, com base em alguns documentos, o debate desenvolvido em torno dos princípios orientadores da nova reforma do ensino superior.

Maria Francisca entende que vivemos um período de pré-reforma, pois que discussões e medidas legais estão sendo tomadas como parte da implantação da proposta de reforma universitária.

A autora faz uma longa exposição do contexto das discussões, que se referem aos diversos projetos educacionais de reforma, detendo-se de modo especial no anteprojeto elaborado pelo MEC, através do Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior (GERES), que, devido à pressão da comunidade universitária, não foi encaminhada ao Congresso Nacional, ficando assim em processo de discussão.

Finalmente, a autora conclui que a reforma almejada se limita, de certo modo, a preservar e a fazer cumprir princípios já definidos em lei e a localizar na nova estruturação do ensino superior as conquistas já obtidas na prática sobre o processo de democratização das universidades.

*Samuel Aureliano da Silva
TAE/INEP*